

RS confirma adesão à medida para baratear diesel

Impacto para as contas gaúchas será de R\$ 96,6 milhões no período de vigência da iniciativa, que durará dois meses

/ COMBUSTÍVEIS

O governo do Rio Grande do Sul anunciou, ontem, que irá aplicar os recursos orçamentários para apoiar a proposta da União de redução do preço do diesel. A medida irá valer por dois meses.

De acordo com informações publicadas no site do governo do Estado, o impacto para as contas gaúchas será de R\$ 96,6 milhões no período de vigência da medida, conforme estimativa de custos apresentada no Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz). A proposta da União prevê a concessão de subvenção econômica no valor total de R\$ 1,20 por litro de óleo diesel importado, composta por contribuição de R\$ 0,60 por li-

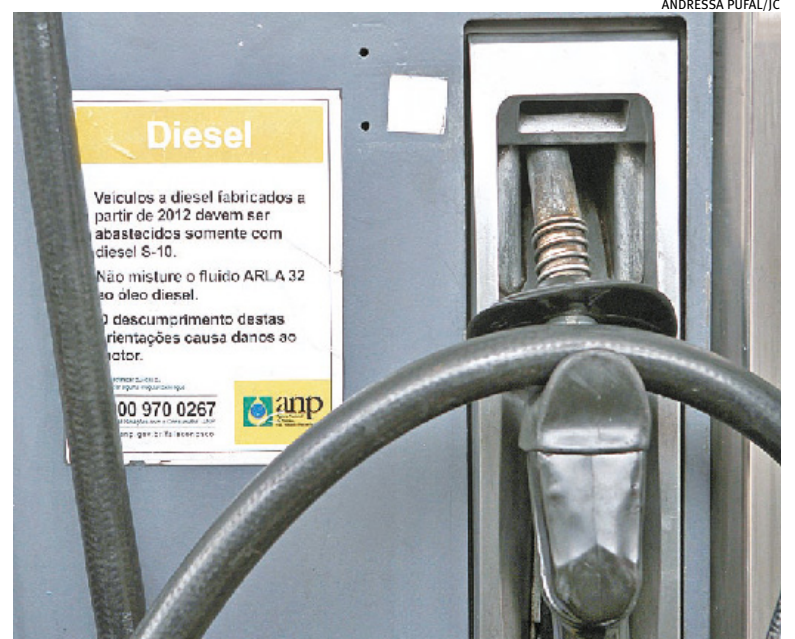
tro dos estados e do Distrito Federal que aderirem à medida.

A ação terá início a partir da edição de medida provisória pelo governo federal, formalização da adesão e de regulamentação para que os recursos possam ser retidos via Fundo de Participação dos Estados (FPE). “É importante ressaltar, porém, que ao contrário da União, que pode emitir título de dívida, o Estado não tem os mecanismos para compensar essas perdas. Por isso, o caráter temporário da medida, com o compromisso do governo federal, é fundamental para garantir responsabilidade com as receitas do Estado, de forma que a perda prolongada sem compensação de recursos venha a comprometer serviços essenciais que eles

bancam como saúde, segurança e educação”, frisou Leite.

De acordo com a secretária da Fazenda, Pricilla Santana, o governo do Estado reconhece a importância de garantir maior previsibilidade ao custo do combustível, a fim de evitar prejuízos à produção agrícola e reduzir impactos inflacionários para a população, mas reforça a importância do caráter temporário da medida sob pena de afetar a prestação de serviços públicos.

“A limitação de tempo da iniciativa garante maior previsibilidade orçamentária para o Estado, especialmente diante do atual cenário fiscal sensível e do processo de reconstrução em curso após a maior tragédia climática de sua história”, explicou a secretária.



União prevê concessão de subvenção de R\$ 1,20 por litro do produto

Entidades avaliam como positiva a proposta de subvenção do combustível

Francisco Conte

franciscoc@jcrs.com.br

O governo do Rio Grande do Sul confirmou que adotará a estratégia de subvenção do diesel, proposta pelo governo federal, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com o objetivo de conter a alta no preço do petróleo. A medida se soma a outros planos de auxílio aos estados frente ao crescente aumento no valor dos combustíveis, sobretudo do diesel.

O subsídio tem caráter provisório de 2 meses, com custo estimado de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão de responsabilidade do governo federal e o restante dos estados que aderirem à proposta, con-

forme a proporção devida do uso dos combustíveis.

O economista David Fialkow, Professor de Economia da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre e ex-diretor do Banrisul, avalia que a decisão é acertada por não impactar tanto o orçamento dos Estados, além de ser mais simples do ponto de vista legal: “A alteração nas alíquotas de ICMS envolveria questões tributárias complexas que poderiam exigir unanimidade no conselho fazendário (Confaz), o que geraria problemas legais e burocráticos”, explica o professor de Economia da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre.

Outro ponto importante destacado por Fialkow é o potencial de combate à inflação em cascata

que a estratégia proporciona, uma vez que “como o combustível afeta diversas cadeias produtivas (insumos e produtos finais são transportados), o subsídio ajuda a evitar uma inflação geral”. O economista ainda acrescenta que manter o preço do combustível menos elevado possibilita que os estados compensem o gasto com o subsídio arrecadando mais através do crescimento da produção e do PIB.

Fialkow menciona que o Rio Grande do Sul, em especial, terá “uma grande vantagem” com a subvenção, considerando a época de colheita das safras de arroz e soja, que teriam impacto no preço de revenda com o aumento do custo dos transportes.

A Federação das Empresas de

Logística e Transporte de Cargas no Rio Grande do Sul (Fetransul) também avaliou a medida como positiva. De acordo com nota enviada pela entidade, “a decisão reforça a relevância do tema e a necessidade de atuação coordenada entre os entes federativos diante da volatilidade dos preços dos combustíveis, que afetam diretamente a economia e os custos logísticos.”

No entanto, a Federação também defende que, por tratar-se de uma medida temporária, “é fundamental avançar na construção de soluções estruturais”, como por exemplo “revisão da carga tributária sobre o diesel, especialmente no CONFAZ; mais previsibilidade no preço dos combustíveis; e condições para que o setor opere

com equilíbrio econômico.” Isso, segundo a organização, permite que o transporte opere com estabilidade para continuar garantindo o abastecimento e a competitividade da economia.

Já o Sulpetro – entidade que representa os postos de combustíveis do RS – informa que o setor aguarda uma definição de adesão, por parte das distribuidoras, à fixação do preço do diesel pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em nota, a entidade diz que “o segmento varejista de combustíveis somente poderá tomar conhecimento sobre o eventual efeito sobre o preço do produto a partir da adesão de produtores e importadores à subvenção”.

Durigan diz que acordo com os estados está próximo da unanimidade

ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/JC



Falas de Durigan ocorreram durante reunião ministerial ontem

O novo ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem que a maioria dos estados está aderindo à proposta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de subsídio à importação de diesel.

“Estamos muito próximos de ter unanimidade dos estados aderindo à proposta do governo Lula, o que mostra que, se por um lado há discurso político, por outro há um reconhecimento pragmático do trabalho que foi inclusivo e respeitoso”, disse.

A proposta articulada pelo Ministério da Fazenda prevê uma subvenção de R\$ 1,20 por litro, durante o período de dois meses, dos quais R\$ 0,60 serão bancados pela União

e outros R\$ 0,60 pelos estados.

“Os estados todos entendem que é uma demanda deles cuidar do abastecimento. Os estados estão nos pedindo e dizendo: se é para fazer junto, diferente do que fez o governo anterior, que tirou o ICMS sem falar conosco, nós vamos. E vamos seguir adotando medidas para que tenhamos respostas à nossa população.”

Nesta semana, além do Rio Grande do Sul, Sergipe e Paraná divulgaram que vão participar do programa. Segundo um interlocutor, outras unidades da federação já indicaram a adesão, embora nem todas tenham comunicado oficialmente essa opção. As falas de Du-

rigan foram feitas durante reunião do presidente com ministros e seus sucessores, que devem assumir as pastas após as saídas dos titulares para as eleições. Cerca de 20 ministros devem se afastar dos cargos para disputar posições no Congresso Nacional, mirando criar um palanque forte para Lula nos estados, ou dar apoio na campanha.

O impacto total estimado pela Fazenda é da ordem de R\$ 3,2 bilhões para os dois meses de subsídios, dos quais R\$ 1,6 bilhão recairia sobre a União e R\$ 1,6 bilhão sobre os estados. O subsídio foi pensado para ficar próximo do valor do ICMS sobre o diesel (R\$ 1,17).

O preço do barril de petróleo

aumentou em decorrência da guerra provocada pelos ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã, em rompimento com as negociações que estavam em curso, o que causou impactos mundiais. Os eventos levaram a uma alta no preço do óleo diesel no Brasil e no mundo, com o fechamento de uma das principais rotas de petróleo do planeta, o estreito de Ormuz.

“A gente já anunciou a retirada da tributação do diesel, uma subvenção federal para quem importa e produz diesel, muito para atacar a questão do abastecimento e do impacto do preço no bolso das famílias e dos nossos caminhoneiros”, disse.